



ATA N.º 02/2017

— Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 21 de abril de 2017. _____

— Aos 21 dias do mês de abril de 2017, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Cantanhede, em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: _____

- 1 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara; _____
- 2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização de instalação pecuária/ Processo n.º 133/2017 / Ana Cristina da Silva de Jesus Crisóstomo / Rua da Capela, n.º 33, lugar de Carvalho / Freguesia de Murtede; _____
- 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização de instalação pecuária/ Processo n.º 361/2017 / Acácio da Cruz Trancho / Venda Nova do Bolho / União das Freguesias de Sepins e Bolho; _____
- 4 – Relatório Anual de Atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cantanhede e Plano de Ação para 2017 / Para conhecimento; _____
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Desfile de Carnaval; _____
- 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de Subsídio à Freguesia da Tocha / Execução dos trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2016, pela equipa de sapadores florestais; _____
- 7 – Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de Subsídio à Freguesia de Febres / XIX Ciclo de Teatro Amador do Concelho de Cantanhede; _____
- 8 - Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso

plurianual para os três procedimentos de Ajuste Direto para fornecimento de energia elétrica de média tensão, média tensão especial e baixa tensão, ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de eletricidade (CIMRC - AQ 02/16), promovido pela CIM-RC;-----

9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da assunção do compromisso plurianual para o Concurso Público para “Construção / Beneficiação e Reparação da Escola Básica Marquês de Marialva de Cantanhede, por empreitada”;-

10 - Comunicação dos Compromissos Plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 16/12/16 / Para conhecimento;-----

11 – Entidades participadas 2016 / Método de equivalência patrimonial / Para conhecimento;-----

12 - Apreciação, discussão e votação da relação de bens que constituem o Inventário Municipal, à data de 31 de dezembro de 2016;-----

13 - Apreciação, discussão e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do Município de Cantanhede para o Ano de 2017;-----

14 - Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Cantanhede do ano económico de 2016, Aplicação do Resultado Líquido do Exercício e o Relatório Anual de Acompanhamento de Execução do Plano de Saneamento Financeiro.-----

— Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, que foram as seguintes:-----

— Justificação da falta do Sr. Dr. Fernando de Oliveira Simão e da Sr.ª Prof.ª Maria Manuel de Oliveira Fael Gonçalves de Matos, por motivos profissionais e da Sr.ª Dr.ª Joana Inês de Jesus Seabra Malta, por motivos pessoais.-----

— Substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Sr. João Basílio Lopes Gonçalves Perdigão pela Secretária Catarina Isabel Milenta Rasteiro. —

— Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. —

— O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 24 de fevereiro de 2017 a 21 de abril de 2017 e informou que todo o expediente se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. —

— De seguida, foi presente a ata n.º 01/2017, da sessão da Assembleia Municipal de 23 de fevereiro de 2017. —

— Não tendo havido qualquer intervenção quanto ao teor da ata n.º 01/2017, da sessão da Assembleia Municipal de 23 de fevereiro de 2017, foi a mesma colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. —

— De seguida, deu-se início ao período Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições efetuadas junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma: —

— O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes informou que chegou à Mesa uma proposta de voto de pesar pelo falecimento do Dr. Fernando Manuel Heleno da Conceição dos Santos, subscrita pelas duas bancadas, PSD e PS, o qual foi colocado a votação para aceitação por parte de todos os Membros, tendo sido aprovada por unanimidade para discussão e votação. De seguida procedeu à leitura da referida proposta, do seguinte teor: *"Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Fernando Manuel Heleno da Conceição Santos - o Dr. Fernando Manuel Heleno da Conceição Santos faleceu ontem, 20 de abril, aos 70 anos de idade. Nasceu a 19 de junho de 1946, em Aljuriça, onde concluiu a escola primária, e prosseguiu estudos num percurso escolar e académico que culminou com a licenciatura em direito na*

Universidade de Coimbra. Durante alguns anos exerceu funções de juiz, delegado do ministério público e conservador em Timor, após o que passou a residir habitualmente na cidade de Cantanhede, onde exerceu atividade profissional de advogado durante mais de 40 anos. Na sequência da revolução de 1974, desenvolveu no concelho intervenção política de relevo, tendo sido eleito, pelo partido social democrata, presidente da Assembleia Municipal de Cantanhede, por sufrágio direto e universal, nas primeiras eleições autárquicas do pós-25 de abril, em 12 de dezembro de 1976. Empossado em 11 de fevereiro de 1977, conduziu os trabalhos das sessões do órgão deliberativo municipal durante os primeiros anos de afirmação do poder local em Portugal. Profissionalmente, o Dr. Fernando Manuel Heleno da Conceição Santos repartia a sua atividade de advogado por vários ramos de direito, foi representante jurídico de diversas empresas e presidiu à delegação da ordem dos advogados em Cantanhede durante vários anos. Os seus pares reconheciam-no como jurista tecnicamente muito bem preparado e profundo estudioso, destacando a sua irrepreensível lealdade e espírito de colaboração. Em 16 de dezembro de 2011, foi distinguido pelo Conselho Distrital de Coimbra da ordem dos advogados. Perante a fatalidade do falecimento do senhor Dr. Fernando Manuel Heleno da Conceição Santos, propomos a aprovação de um sentido e respeitoso voto de pesar, invocando para o efeito a sua intervenção cívica e política, sublinhando o facto de ter sido o primeiro presidente da Assembleia Municipal de Cantanhede eleito por sufrágio direto e universal nas primeiras eleições autárquicas realizadas a seguir ao 25 de abril de 1974.”

—— Foi dada a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, acrescentou que para além do Dr. Fernando Heleno ter sido um excelente advogado reconhecido entre os seus pares, também foi uma pessoa



com uma participação política, como diz a própria proposta. Recordou que foi o primeiro Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Cantanhede eleito em democracia, tendo exercido o cargo durante 4 anos. De seguida desvinculou-se do PSD e tornou-se militante do PS onde exerceu diversos cargos internos, entre os quais, Secretário Coordenador. Preparou e organizou diversos processos autárquicos e nunca, por opção própria, quis fazer parte de qualquer lista, nunca tendo sido eleito para nenhum dos cargos ou nenhum dos órgãos pertencentes ao concelho. —————

— Após a votação por escrutínio secreto, o Sr. Presidente da Mesa informou que o Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Fernando Manuel Heleno da Conceição dos Santos foi aprovado por unanimidade e com aclamação. —————

— O Sr. Presidente da Mesa, deu de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, apelou a que todos os Membros da Assembleia pudessem estar presentes nas cerimónias do próximo dia 25 de abril. Recordou que é uma data que deve ser comemorada e que, este ano, estará presente o Presidente da Associação Portuguesa de Escritores, Dr. José Manuel Mendes, ao qual foi lançado o desafio de falar sobre o 25 de abril, mas numa perspetiva de futuro. Informou ainda que, este ano a cerimónia será de manhã, por questões de conveniência do Dr. José Manuel Mendes, que tem de estar à tarde na Assembleia da República. No final da cerimónia e à semelhança dos anos anteriores, será depositada uma coroa de flores junto ao busto de Jaime Cortesão, em Ançã. Informou ainda que, na véspera, à noite, será feita no salão dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede, uma homenagem a Zeca Afonso, com a presença dos Antigos Orfeonistas da Universidade de Coimbra, espetáculo que se repetirá na próxima terça-feira na Tocha. De seguida, informou que, no dia anterior à sessão, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Tocha lhe fez chegar

informações, com imagens, sobre a questão do saneamento na proximidade das Cochadas, questão essa já várias vezes abordada em anteriores sessões. Recordou que já foi iniciada a empreitada da obra que prevê a resolução do problema existente, a qual está a cargo das Águas Centro Litoral, antiga CIMRIA, dono da obra e a quem cabem as responsabilidades, em articulação com o Município de Cantanhede, a INOVA e o Município de Mira. Acrescentou ainda que, durante a empreitada, as coisas continuam a acontecer, tendo o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha feito chegar as imagens já referidas. Sobre esta questão informou que, nesta data, foi tomada a decisão por parte do Município de Cantanhede em apresentar uma queixa ao Ministério do Ambiente. Tem conhecimento de que a Associação Portuguesa do Ambiente tem pressionado as Águas Centro Litoral, tendo esta respondido que em junho, quando acabar a empreitada, o problema estará resolvido. Mas até junho são muitos dias, sendo certo que as populações locais acabarão por sofrer com isso. Concluiu que, por questão de solidariedade, para com a população da Tocha e o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, aferiram que, eventualmente, a questão poderá ser considerada como um crime ambiental, pelo que já foram encetadas diligências no sentido de assacar responsabilidades a quem de direito.—

— Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, agradeceu à Câmara Municipal de Cantanhede, em nome da freguesia da Tocha, o início da obra de construção de passeios entre o Arcada e o Largo da Tocha, obra qual a população tanto ansiava. De seguida, questionou se a INOVA, quanto tem obras adjudicadas, tem fiscais ou alguém que as acompanhe. Justificou aquela questão pelo facto da obra realizada na estrada da Praia, ter ficado de tal maneira que tem um dreno para a estrada, já há alguns meses, e que as pessoas que ali vivem não têm de suportar aqueles cheiros.

Finalmente, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara, Dr. João Moura, a iniciativa anteriormente referida, na sua opinião um pouco tardia, mas da qual se esperam resultados positivos. Acrescentou estar preocupado com o facto de, apesar de não chover há muito tempo e das temperaturas estarem elevadas, a situação estar pior do que estava, conforme demonstram as fotografias que mandou ao Sr. Presidente da Câmara. Informou ainda que não sabe se a população vai aguentar muito mais tempo, pois na segunda-feira passada foi convocado por algumas pessoas das Cochadas para uma reunião na qual, tal como na anterior, tentou explicar que, nem a Junta, nem a Câmara, nada têm a ver com aquele problema. Acrescentou que as pessoas não entendem a situação e poderão vir a tomar algumas medidas. Assim, apelou a que se resolva o problema de uma vez por todas, e que, até junho, se encontre uma solução que acabe com o que está a acontecer e que representa efetivamente um crime ambiental.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual referiu que, finalmente, foi tomada uma atitude séria ao denunciar aquela situação como um crime ambiental, pois a mesma já foi várias vezes abordada em anteriores sessões. Recordou que quando a bancada do PS alertou para aquela situação, referiram que era um crime ambiental e que deveria ser denunciado e deu os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara por, finalmente, um ano depois, ter tomado a decisão acertada, embora tardia.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara, o qual informou que, semanalmente, o Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA questiona diretamente o responsável das Águas do Centro Litoral, que lhe vai dizendo o que está a acontecer, existindo assim uma pressão contínua no sentido de uma rápida resolução. Por outro lado, a Agência Portuguesa do Ambiente sabe o que se passa, tem acompanhado a

situação e tem feito enormes pressões, sendo certo que, o que se está a fazer no momento, é tornar público o que anteriormente se tentava resolver e que não pode ser resolvido de um dia para outro. Recordou que, durante alguns tempos a INOVA ia lá diariamente com o limpa fossas e fazia alguma limpeza, no fundo, drenava alguma coisa e, pelo menos, impedia que tudo fosse parar à vala. No entanto, todos concordam que o responsável é o dono da obra, a SIMRIA, a atual Águas do Centro Litoral, podendo especular-se que houve negligência da parte deles. Recordou as reuniões preparatórias de há dois e três anos onde ele próprio, juntamente com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha e responsáveis da INOVA, estiveram com o responsável das Águas Centro Litoral e deram soluções para minimizar o impacto negativo que estava a acontecer, enquanto se projetava e executava a obra, esperando que se resolvesse o problema. Referiu ainda que acabaram todos por chegar à conclusão de que poderão ter havido erros de projeto na planificação da drenagem de todas as águas captadas pela SIMRIA por metade do concelho de Cantanhede e pelo concelho de Mira há muitos anos atrás, nomeadamente, não tendo sido tomada em conta a população existente, factos que não podem ser imputáveis, nem à Câmara de Mira, nem à de Cantanhede, porque quem fez o projeto e a obra foi as Águas de Portugal. Informou que está a dar forma pública à denúncia, estando a APA, do Ministério do Ambiente, a tomar conta do caso, mas também entregou o caso ao Gabinete Jurídico no sentido de apurarem, por exemplo, de que forma poderão ser compensadas as populações que estão a ser martirizadas e estão a pagar saneamento. Acrescentou que tudo está a ser analisado, mas para todos o que importa é que acabe por um lado o mais rapidamente possível, porque a única solução técnica é utilizar o limpa fossas no concelho, sem entrar no Município de Mira porque há outros problemas que têm a ver com a questão dos projetos em termos de



saneamento no Município de Mira. Referiu ainda que em relação ao saneamento de Cantanhede, o de Mira está bastante mais atrasado e o impacto ainda está muito longe de estar numa situação ideal. Por isso, foram tomadas medidas que criaram um enorme caudal nos coletores da SIMRIA mas a verdade é que, de todas as ETAR'S existentes no concelho de Cantanhede, não há nenhuma que não esteja nas condições especificadas por lei, nem nunca tiveram qualquer denúncias, o que significa que a INOVA tem cumprido cabalmente o seu papel e que a ETAR está na cotação máxima. Finalmente, recordou ser também uma questão de intermunicipalidade, pois os coletores atravessam vários concelhos. Afirmou tratar-se de um problema complexo e que está com solidário com a população da Tocha e com tudo o que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha tem dito, pelo que vai avançar com a ação e se for necessário o assunto será divulgado de forma pública, estando ele, enquanto Presidente da Câmara, presente se houver alguma manifestação. —————

—— O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes informou que chegou, entretanto, um pedido de justificação de falta do Sr. Dr. Carlos Alberto Pessoa, por motivos pessoais, encontrando-se assim a sua falta na sessão justificada. —————

—— Deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, destacou e elogiou o programa das Comemorações previsto para o 25 de Abril deste ano, quer na cidade de Cantanhede, quer noutros pontos do concelho, nomeadamente, em Ançã e na Tocha. Destacou, de seguida a recente inauguração do V Edifício do BIOCANT, na qual esteve presente em representação do Governo de Portugal, o Senhor Primeiro Ministro, o Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, o Senhor Ministro da Economia e o Senhor Ministro da Educação.

Recordou as palavras do Senhor Primeiro Ministro quando disse que o BIOCANT se enquadra no modelo de desenvolvimento que se pretende para o país, onde é necessário qualificação, inovação, e valorização económica e se é esse o modelo que temos no BIOCANT, em Cantanhede e promovido pelo Município, então há que dar os parabéns ao Município de Cantanhede e a quem está à frente do BIOCANT pelo trabalho que têm desenvolvido.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, tomando a palavra, referiu ter sido um trabalho coletivo, sendo que o mérito não está numa pessoa ou no executivo e representa um projeto com quase 20 anos, que teve sucessivos executivos e englobou muita gente com ideias que, muitas vezes, foram aprovadas e validadas. Recordou que, nas sucessivas Assembleias Municipais, tem registado o apoio de todos e não tem deixado de dizer que é uma matéria importante e nuclear, estando convicto que se está no caminho certo. O facto da presença do Governo "*em peso*" naquela inauguração demonstra o reconhecimento e um estímulo para continuar a trabalhar. Recordou não ser um processo fácil, num país onde, em virtude de determinadas leis, nomeadamente, a Lei 50/2012, existem constrangimentos enormes do que pode vir a ser a atividade deste tipo de projetos, liderados maioritariamente por municípios ou entidades públicas. No entanto, é certo que este trabalho tem sido reconhecido na própria Assembleia Municipal, sem nunca negligenciar os outros setores de atividade e, falando num Mundo Global, se há uma oportunidade de partir para a Europa onde a questão da globalidade, da inovação, da transferência do conhecimento, são coisas que estão sempre na agenda e, só dessa forma, é que se conseguem ter empresas competitivas e, conseqüentemente, um país competitivo que exporta esse valor. Considerou que o grande desafio futuro é a afirmação do parque, eventualmente, na próxima década com os desafios que aí vêm e com o aproveitamento do Portugal



2020, para o parque em si, mas também para as empresas que, entretanto, se vão fixando, se vão ampliando e aumentam o seu emprego. Voltou a frisar a ideia de, na próxima década, agarrar o projeto da internacionalização do parque e da atração do investimento direto estrangeiro de empresas que vêm procurar Portugal e Cantanhede na área da biotecnologia. Referiu ainda estar convencido de que, dentro de uma década, estes desafios vão fazer com que o parque se afirme ainda mais, não só pela sua atividade, mas pelo que tem sido a postura da Câmara em relação à criação do núcleo do BIOCANT, que se encontra em expansão na zona industrial, com cerca de oitenta hectares previstos na revisão do Plano de Urbanização e dar uma resposta às empresas que, de um momento para o outro, procuram Portugal e procuram Cantanhede. Informou ainda que, brevemente, se tudo correr bem, haverá um investimento do Canadá de cerca de 20.000.000,00 €, na área agroindustrial e na área farmacêutica, com um mercado de exportação para a Alemanha, tendo o município de Cantanhede ficado no "shortlist", com um município do Alentejo. Esclareceu, de seguida, que essa empresa quer colocar um pequeno laboratório de ID, num primeiro momento, no BIOCANT, trazendo a sua própria tecnologia, para exportar de seguida para a Alemanha. Após algumas comparações com outros núcleos industriais no país que podem crescer, reforçou que os mesmos não têm zonas como as existentes em Cantanhede, zonas rústicas de agricultura ou previstas num plano de urbanização para alojar aquelas empresas, como em Cantanhede, na Tocha, em Febres, e eventualmente Ançã onde, um dia destes poderá aparecer um grande projeto. Assim, perspectiva que devam ser resilientes, resistentes e ultrapassar as dificuldades porque na próxima década, será um desafio ainda mais aliciante porque é o desafio do emprego, da fixação e da atratividade que se deve exercer noutros mercados como no Brasil e na China. Finalizou afirmando que o mérito é de todos, e quando estas

questões são trazidas à Assembleia verifica, com grande satisfação, que elas são levadas a um grande patamar em que todos se reveem e porque sabem que estes projetos destes estão acima de tudo e são um bom exemplo e um contributo que se dá a uma Europa comunitária, apesar de estarmos na sua cauda, deve-se ter este grande desafio da economia e do conhecimento.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Dr. Carlos Alves, o qual, após cumprimentar todos os presentes, agradeceu à Câmara Municipal por já ter alcatroado a estrada que liga a Camarneira a Febres, pois há 20 anos que a população da Serredade esperava por aquele pavimento, bem como o início das obras de acesso ao Pavilhão Multiusos que já se encontra concluído. De seguida referiu-se com tristeza ao encerramento do Balcão da Caixa Geral de Depósitos em Febres, apesar de todos os esforços desenvolvidos pela Junta de Freguesia e pelo Sr. Presidente da Câmara, que esteve sempre presente no sentido de tentar inverter aquela situação. O certo é que aquele balcão vai mesmo encerrar no final do mês, tendo os clientes já sido informados por carta. Enquanto representante da Freguesia de Febres, informou existir um sentimento generalizado de indignação, até de revolta por parte das pessoas porque vai acabar um serviço de proximidade, que irá criar vários problemas às pessoas e impedir o desenvolvimento da Freguesia de Febres. Referiu que, apesar de acreditar que nos últimos anos houve alguma retração da atividade económica na Freguesia e que todos passaram dificuldade, nomeadamente, as empresas da própria Freguesia, também é verdade que elas têm vindo a reforçar a sua tendência em superar a crise, perspetivando-se uma nova dinâmica na economia da Freguesia. Recordou que o Balcão de Febres estava bem localizado e servia, quer a população de Febres, quer outras Freguesias limítrofes do concelho de Cantanhede, mas também dos concelhos de Mira, Vagos e até de Anadia.

Acrescentou perceber os desafios da Caixa Geral de Depósitos, no sentido de racionalizar na gestão daquela instituição bancária, mas também acredita e tem informação de que Febres tem de facto bons indicadores para a sua realidade económica e para que aquele balcão se mantivesse aberto. Informou ainda que pelo que percebeu e pelas reuniões que teve, os funcionários serão integrados noutros balcões e a Caixa irá deixar de pagar a renda do espaço onde estava implementada, facto que, não irá salvar as dificuldades daquela entidade bancária. Finalmente considerou ser uma falta de solidariedade para com os seus clientes que, durante anos e anos, se deslocaram àquele Balcão.-----

— O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Eng.º Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que viu no jornal que a Presidente do FMI comparou o número de empregados por capital ativo dos Bancos Portugueses, face aos Bancos Europeus e que a Caixa não deixa de estar a seguir uma das indicações que o FMI deu a Portugal de uma forma indireta. Acrescentou que essa comparação demonstrou que a Caixa tem de fechar balcões e tem que dispensar pessoas por indicação não direta, mas indireta do FMI, tendo cedido a pressões, tal como aconteceu em Governos do PSD que foram criticados por isso. Assim, lamentou o facto de o Balcão de Febres ir fechar, mas de facto, verifica-se que se continua a ver neste Governo do PS, alguma das políticas que muito criticaram no passado relativamente ao PSD. De seguida, voltando ao tema da inauguração do V Edifício do BIOCANT III, acredita que o Sr. Primeiro-Ministro reconheceu e valorizou a política do Município porque disse *"que o papel do Município é um novo modelo de desenvolvimento que temos que ter com o investimento na ciência e inovação e a transferência para a economia"*, não tendo sido por acaso que estiveram presentes os Ministros do Ensino Superior, da Economia e da Educação. Considerou ainda que

também não foi por acaso, que o Primeiro-Ministro disse que estava a lançar um projeto com muito empenho. Projeto esse que juntava os recursos do Ministério da Economia com os do Ministério da Ciência. Falou na discussão que existia sobre a ciência pura ou aplicada, sendo sem dúvida necessária a ciência pura, porque não há ciência aplicada sem ciência pura, devendo-se valorizar a ciência aplicada, nomeadamente, as ligações que os Municípios têm que fazer entre as universidades e as empresas. Referiu ainda ser um novo modelo de desenvolvimento, onde houve muito investimento feito pelo Município para que se chegasse ao ponto em que se chegou. Finalizou afirmando que houve visão e antecipação, pois há outros Municípios que estão a querer entrar na competição, mas estão claramente atrasados em relação a Cantanhede e, agradecendo ao senhor Primeiro Ministro aquele reconhecimento recordou as suas palavras quando disse que *“O BIOCANT é um projeto nascido de visão estratégica de uma autarquia, a de Cantanhede, e uma vontade de fazer de duas Universidades, a de Coimbra e a de Aveiro, é um excelente exemplo que temos de ser capazes de replicar pelo país”*.-----

----- Interveio ainda o Sr. Manuel Teixeira, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu, a propósito das obras que neste momento decorrem na Freguesia de Ançã relativamente à canalização da água, comunga com as preocupações do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, que na última Assembleia Municipal referiu que as pessoas que fazem parte da empresa que está a executar os trabalhos carecem realmente de uma falta de educação incrível. De seguida sugeriu ao Executivo, que uma vez que a Ladeira da Granja de Ançã está a sofrer aquelas obras com a canalização, seria o momento ideal para o alargamento daquela via. Informou ainda que há ali espaço suficiente junto à fonte que pode alargar perfeitamente a estrada, e, a seguir há um terreno de sua propriedade que já



disponibilizou para se poder alargar aquela estrada. Considerou novamente ser uma oportunidade única, pois o acesso é muito difícil, sobretudo para os autocarros que não se conseguem cruzar naquele local, ou mesmo com os automóveis.-----

----- Foi dado finalmente a palavra ao Sr. Dr. Luís Pato, o qual informou que a bancada do PS, tem uma declaração a favor da manutenção da Dependência da Caixa Geral de Depósitos em Febres, que passou a ler, do seguinte teor: *"A bancada do PS da Assembleia Municipal de Cantanhede vem por este meio repudiar publicamente a decisão já antiga de encerrar a dependência da Caixa Geral de Depósitos na vila de Febres que acontecerá no próximo dia 27 de abril. É por demais evidente que a descentralização de serviços tem sido um dos apanágios do PS nacional e localmente. Neste caso concreto, consideramos que este serviço nesta vila gandraesa tem um papel essencial no que concerne à prestação de um serviço público de proximidade, à diminuição do fluxo de pessoas no serviço da Caixa Geral de Depósitos em Cantanhede e na facilitação de processos a uma população que está cada vez mais envelhecida e onde o rácio de emigração é uma realidade bastante presente. Há a destacar as questões laborais dos funcionários da Caixa Geral de Depósitos desta dependência e de todos os serviços, lojas, pastelarias, etc que se localizam em torno destas instalações que de uma forma mais ou menos evidente vão sofrer com o impacto da eliminação deste serviço. Em suma pode dizer-se que nesta equação só a Caixa Geral de Depósitos é que sai a ganhar. Ficam a perder Febres, os nossos habitantes e todos nós que mais uma vez vemos extinguir-se um serviço deveras importante."*-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da ordem do dia.-----

— De seguida, solicitou à Assembleia a inclusão de um ponto fora de agenda que foi presente à última Reunião de Câmara, respeitante à auditoria ao Município de Cantanhede – Serviço de Urbanismo/Homologação do relatório da auditoria 1977/2015 da IGF. Questionados todos os membros, não houve qualquer objeção pelo que o Sr. Presidente da Mesa informou que aquele Ponto passará a constar na agenda com o número 15 e será para conhecimento.-----

— Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:-----

— A Assembleia Municipal tomou conhecimento da documentação entretanto entregue.-----

— O Sr. Presidente da Mesa informou que o Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização de instalação pecuária/ Processo n.º 133/2017 / Ana Cristina da Silva de Jesus Crisóstomo / Rua da Capela, n.º 33, lugar de Carvalho / Freguesia de Murte de» e o Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização de instalação pecuária/ Processo n.º 361/2017 / Acácio da Cruz Trancho / Venda Nova do Bolho / União das Freguesias de Sepins e Bolho» são duas propostas de Reconhecimento de Interesse Público Municipal para regularização de instalações pecuárias, sendo uma na Freguesia de Murte de e outra na Freguesia de Sepins e Bolho, pelo que solicitou que fossem ambas explicadas e de seguida votadas individualmente. —

— Deu assim a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual recordou tratarem-se de licenciamentos idênticos a outros que têm sido apresentados em anteriores sessões, tais como agropecuárias e que, após a aprovação do interesse

público municipal irão perante uma Comissão, que fará a sua avaliação, composta pela Câmara e outras entidades que tutelam aquelas atividades.-----

----- De seguida o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes apresentou uma declaração de voto, do seguinte teor: *“Já na Assembleia Municipal de Dezembro de 2015, a Junta de Freguesia de Murte apresentou uma declaração de voto, onde consignava a sua discordância perante os procedimentos previstos no Decreto-Lei 165/2014, de 5 de novembro, que estabelece o Regime Especial de Regularização de Atividades Económicas. No essencial, a posição então assumida e que agora integralmente reiteramos, defende que o processo está completamente invertido, porquanto o reconhecimento de interesse público municipal pelas respetivas Assembleias Municipais é feito sem acesso à informação relevante que habilite a ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença. Os interesses de terceiros conflituam frequentemente com os interesses de muitas das explorações que têm pedido o reconhecimento do interesse público municipal ao abrigo deste Regime Especial. Acresce que no caso em apreço, com conhecimento de causa, porque a dita exploração se situa na Freguesia de Murte, urge fazer as seguintes considerações: relativamente ao interesse económico e social, considera-se que a criação de postos de trabalho e a sustentabilidade económica do agregado familiar são fatores a considerar, mas devem ser igualmente considerados os interesses económicos e sociais dos muitos cidadãos que têm reclamado prejuízos provocados pelos animais daquela exploração; Relativamente ao interesse ambiental, deve ser valorizada a eventual melhoria das condições higiénico-sanitárias e de salubridade da exploração, mas deve também ser considerada a degradação das condições ambientais e higiénico-sanitárias para todos quantos residem nas proximidades; Relativamente ao enquadramento no PDM, relembra-se que a Junta de*

Freguesia de Murte de defendeu que a localidade do Carvalho deveria ser classificada como zona de solo urbano, o que inviabilizaria a existência de explorações pecuárias. Não tendo sido atendidos nessa pretensão e tendo a zona sido classificada como de edificação dispersa em solo rural, o que permite um regime de edificabilidade, mas numa lógica de contenção da edificação e de colmatação de vazios. Será que a construção de barracões para animais era o que se pretendia para a colmatação de espaços. Face ao exposto, a Junta de Freguesia de Murte de vota favoravelmente esta proposta, porque embora com muitas dúvidas, se considera que o particular não pode nem deve ser prejudicado pelo PDM vigente ou pela forma como o processo está delineado, bem como deve ser considerado o histórico de incontornável apoio às empresas, à empregabilidade e ao tecido empresarial local, seja pela Câmara, seja pelas Juntas e também as posições que têm sido assumidas em situações idênticas.”-

— Tomou a palavra o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Dr. Adérito Machado, o qual, após cumprimentar todos os presentes, e recordando algumas situações ocorridas no passado, reforçou o que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte de acabou de afirmar, pois considera que se deve apoiar todas as pequenas empresas locais que se estão a desenvolver. No entanto, apelou a que seja feita uma advertência aos proprietários para que tudo corra com normalidade, evitando que as cabras e as ovelhas não pastem por terrenos cultivados, mas sim pelos pinhais.—

— Respondeu, de seguida, o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, referindo ter gostado da intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Murte de que, no fundo, tal como fazem todos os Presidentes de Junta, defendeu o seu território e aquilo que entendem melhor, tentando conciliar o emprego e o desenvolvimento económico, mas também a proteção do meio ambiente e a qualidade de vida para as

populações. Recordou de seguida que aqueles processos ainda serão analisados por uma comissão na qual, com certeza essas questões serão abordadas e discutidas.—

— Finalmente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, afirmou estar perante situações realmente problemáticas, pois tem conhecimento de certas situações tais como: - Os sinais para garantir melhor segurança nas estradas para sinalizar a travessia de gado e manadas terem sido todos vandalizadas porque os habitantes estão revoltados; - Existirem ovelhas às vezes a definhar porque as pessoas põem herbicidas de propósito não para queimar a erva, mas para as matar e, também situações de animais abatidos a tiro.—————

— O Sr. Presidente da Mesa, colocou a votação o **Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização de instalação pecuária/ Processo n.º 133/2017 / Ana Cristina da Silva de Jesus Crisóstomo / Rua da Capela, n.º 33, lugar de Carvalho / Freguesia de Murtede»**, o qual foi aprovado por unanimidade.—————

— O Sr. Presidente da Mesa, colocou a votação o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização de instalação pecuária/ Processo n.º 361/2017 / Acácio da Cruz Trancho / Venda Nova do Bolho / União das Freguesias de Sepins e Bolho»**, o qual também foi aprovado por unanimidade.—————

— Passou-se de seguida ao **Ponto 4 – «Relatório Anual de Atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cantanhede e Plano de Ação para 2017 / Para conhecimento.»**—————

— O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Vereador Dr. Pedro Cardoso, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu tratar-se do cumprimento dum requisito legal, nomeadamente, dar conhecimento da atividade da

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, para que a Assembleia Municipal conheça detalhadamente o que é feito e como é feito. Assim, relativamente ao trabalho realizado em 2016, referiu que o balanço foi bastante positivo, em termos de alcance houve um maior número de intervenções e uma maior confiança por parte das Comissões, nomeadamente, quanto às medidas aplicadas dentro do prazo previsto e conforme a Lei. Recordou ser um trabalho de grande exigência técnica e humana, não só pelo número de casos, mas sobretudo pela complexidade e pela diversidade das problemáticas das situações acompanhadas. Informou, de seguida que, em 2016 foram instaurados 72 processos de promoção e proteção, sendo que transitaram 114 do ano anterior que estavam a ser acompanhados. Informou ainda que foram arquivados 100 processos, pelo facto de, na grande maioria, a situação de perigo já não subsistir e reabriram-se 35 processos. Referiu ainda que foram celebrados 99 acordos de promoção e proteção, o que significa que o número total de processos em acompanhamento durante o ano de 2016 foram 326, tendo transitado um número total de 116 processos ativos para 2017. Pode-se afirmar que a intervenção da Comissão se prendeu maioritariamente com casos de negligência, exposição a comportamentos que comprometem o bem-estar do desenvolvimento das crianças, nomeadamente, violência doméstica, consumos de estupefacientes e álcool. Casos em que a criança e o jovem assumem comportamentos que afetam o seu próprio bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada, integrando aqui sobretudo casos de comportamentos graves antissociais, quer de indisciplina, quer de bullying, maus tratos psicológicos, abuso emocional, indiferença afetiva, sendo estas as problemáticas com maior incidência. Informou ainda que, em termos de idade, 47% dos casos acompanhados têm incidência entre os 11 e os 17 anos e 33% de crianças com idade até aos 8 anos. Em termos futuros,



sublinhou a preocupação numa maior celeridade do acompanhamento dos casos, de modo a assegurar uma intervenção precoce decisiva neste tipo de situações e continuar a valorizar a cultura de proximidade e o conhecimento da realidade por parte dos elementos, permitindo uma intervenção mais eficaz e conseguindo uma maior articulação com as instituições. Referiu também que a Comissão, pese embora, tenha sofrido uma maior reestruturação a seguir à republicação da Lei de Proteção de Crianças e Jovens, continua a necessitar de alguma reestruturação, sobretudo porque tem vindo a ser comprometida a participação de alguns serviços na Comissão, tal com o IEFP que já está ultrapassado e passou a ter uma representação efetiva. Por outro lado, existem outros serviços que, não respeitando a Lei que considera este trabalho prioritário, têm comprometido essas participações. Realçou o papel importante que o Município de Cantanhede tem tido em termos de colmatar a falta de recursos humanos, investindo quer em mais técnicos, quer em pessoas que fazem o trabalho importante da Comissão. De seguida, informou que o projeto para 2017 tem a prevenção, como estratégia de promoção dos direitos e assim conseguir uma maior sensibilização e envolvimento da comunidade face à problemática da infância e da juventude. Daquele projeto destaca-se o objetivo de dinamizar as instituições, a sociedade civil, sobretudo as da primeira linha com responsabilidade de intervenção antes da própria Comissão, precisamente para uma cultura de prevenção, o que poderá levar a conseguir melhores respostas em termos de promoção e de defesa de direitos das crianças e jovens. De seguida, elogiou todos os membros da Comissão, sobretudo pelo seu papel e postura de dedicação, de abnegação, de sentido de justiça e espírito de solidariedade com que se dedicam à defesa dos direitos das crianças e jovens mais vulneráveis e desprotegidos, sobretudo quando se tratam de realidades muito complexas e difíceis e onde, facilmente, por uma situação mal conduzida pela

Comunicação Social, poderão existir problemas, apesar das Comissões estarem sempre num papel de defesa, para respeitar o carácter reservado dos processos. Por outro lado, referiu que ninguém fala das horas de trabalho, dos processos bem conseguidos e das situações que foram ultrapassadas, mas facilmente, se dá conta quer seja por má indicação dos progenitores ou de uma outra qualquer situação da qual a Comissão, não se podendo defender, parece não ter feito nada ou não cumpriu com as suas obrigações, pesando alguma injustiça pública relativamente às Comissões, o que felizmente, nunca aconteceu com a Comissão de Cantanhede. Finalmente felicitou a Assembleia pela sua preocupação e tomada de consciência do trabalho que se vai fazendo no âmbito da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens porque é um sinal de que, esta problemática e esta realidade têm uma centralidade grande nas preocupações, quer do Executivo, quer da Assembleia Municipal.——

—— Interveio o Dr. Luís Pato recordando que no primeiro ano do mandato, teve o prazer de fazer parte da Comissão de Atribuição de Bolsas de Estudo, tendo tido uma breve ideia do trabalho da CPCJ. De seguida, questionou sobre as 35 reaberturas de processos, achando que algo está a falhar apesar de compreender que são situações muito sensíveis.. Referiu compreender que, por vezes, seja necessário medir-se o sucesso ou não de uma determinada realidade para se perceber, de facto, o que está a acontecer, mas nestes casos há situações que não são mensuráveis. Do projeto apresentado para 2017, sugeriu que também fosse dada prioridade à formação e à questão da cidadania das crianças que é de facto uma grande lacuna. Atualmente as pessoas nem sequer sabem os direitos que têm na área da cidadania, e as próprias crianças nem sequer sabem que estão a ser abusadas ou a ser ultrapassadas em questão de direitos.——



— Respondeu o Sr. Vereador Dr. Pedro Cardoso, afirmando que nem que fosse só uma reabertura, seria e é sempre preocupante para a própria Comissão, se bem que o número de reaberturas, em comparação com os indicadores a nível nacional da maior parte das Comissões é até baixo. Relativamente à questão das dinâmicas, referiu que na maior parte prendem-se com situações ultrapassadas e que, passado alguns anos, reïncidem, nomeadamente situações de crianças que foram sinalizadas, por exemplo, na altura de separação dos pais, ficam com um dos progenitores e não resulta da melhor maneira o que implica a reabertura do processo. Esclareceu ainda que o sinal de reaberturas de processos demonstra que as famílias continuam a ser acompanhadas pelas Comissões, sendo certo que, no momento, o número de sinalizações é maior. Relativamente à formação, informou que existe a vários níveis, quer em articulação com as Escolas, quer depois com a parte do CLAS, a parte da Ação Social, existindo um outro projeto ao qual recentemente se aderiu denominado "Municípios amigos das crianças" que envolve a UNICEF. Referiu-se ainda ao projeto "SER – Prevenção" que está prestes a passar para a outra fase que envolve, quer os Presidentes das Juntas de Freguesia, quer todas as associações, as instituições de saúde, as instituições sociais, culturais e desportivas. Fez ainda questão de sublinhar que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens tem uma grande legitimidade de intervenção para além da questão legal, pois representa a comunidade a cuidar das suas crianças, numa perspetiva de igualdade de oportunidades, daí a grande preocupação com esse projeto e combater as assimetrias sociais que existem, permitindo que aquelas crianças que não têm ou não tiveram a felicidade de crescer num ambiente que permita um desenvolvimento integral saudável, seguro, e formação, tenham as condições para não ficarem permanentemente num desajuste de oportunidades. Reforçou que se tratam de situações de uma delicadeza enorme,

de facto muito complexas e que provocam grande desgaste emocional e a todos os níveis, pelo que felicitou as duas bancadas por terem, na altura escolhido pessoas para trabalharem nesta área e que estão totalmente presentes, empenhadas e desenvolvem um trabalho bastante positivo.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Desfile de Carnaval»;**-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual recordou que, com a mudança na legislação, tudo o que representa subsídios às Juntas de Freguesia tem de ser presente à Assembleia Municipal, sendo que, no caso concreto se trata da isenção das taxas necessárias para a realização do Desfile de Carnaval da Sanguinheira.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, colocou a votação o **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Desfile de Carnaval»**, o qual foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de Subsídio à Freguesia da Tocha / Execução dos trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2016, pela equipa de sapadores florestais;**-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, recordando que já há alguns anos, a Junta de Freguesia da Tocha tem feito, com uma equipa de sapadores, um trabalho notável na mata, tendo o Município geralmente



comparticipado os custos daquela operação, pelo que se propõe um subsídio para aquela Junta de Freguesia de 5.000,00 €.

— Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, colocou a votação o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de Subsídio à Freguesia da Tocha / Execução dos trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2016, pela equipa de sapadores florestais»**, o qual foi aprovado por unanimidade.

— Passou-se, de seguida ao **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de Subsídio à Freguesia de Febres / XIX Ciclo de Teatro Amador do Concelho de Cantanhede»**;

— Interveio novamente o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que, no caso da junta de freguesia de Febres, o subsídio no valor de 525,00€, destina-se ao grupo dos pequenos cantores que participou no ciclo de teatro com uma peça musical.

— Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, colocou a votação o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de Subsídio à Freguesia de Febres / XIX Ciclo de Teatro Amador do Concelho de Cantanhede»**, o qual foi aprovado por unanimidade.

— Passou-se, de seguida ao **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual para os três procedimentos de Ajuste Direto para fornecimento de energia elétrica de média tensão, média tensão especial e baixa tensão, ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de eletricidade (CIMRC - AQ 02/16), promovido pela CIM-RC»**;

— O Sr. Presidente da Mesa voltou a dar a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que se trata de um procedimento que tem a ver com

os movimentos plurianuais, no âmbito dos concursos que são promovidos pela CIM, sendo que a última palavra é do Município na parte do concurso final, nestes casos para fornecimento de energia elétrica de média tensão, média tensão especial e baixa tensão pelo período de 24 meses, tendo o seu termino a 30 de junho de 2019.——

—— Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, colocou a votação o **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual para os três procedimentos de Ajuste Direto para fornecimento de energia elétrica de média tensão, média tensão especial e baixa tensão, ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de eletricidade (CIMRC - AQ 02/16), promovido pela CIM-RC»**, o qual foi aprovado por unanimidade.——

—— Passou-se, de seguida ao **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da assunção do compromisso plurianual para o Concurso Público para “Construção / Beneficiação e Reparação da Escola Básica Marquês de Marialva de Cantanhede, por empreitada”»**;-——

—— O Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura informou que da assunção do compromisso plurianual da referida obra prevê-se que a mesma decorra entre 2017/2018, numa estimativa total de 990.000,00€ mais IVA a 6% sendo que, no ano de 2017 prevê-se um encargo de 518.000,00 mais IVA e no ano de 2018, um encargo de 471.000,00 € mais IVA.——

—— Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, colocou a votação o **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da assunção do compromisso plurianual para o Concurso Público para “Construção / Beneficiação e Reparação da Escola Básica Marquês de Marialva de Cantanhede, por empreitada»**, o qual foi aprovado por unanimidade.—

— Passou-se, de seguida ao **Ponto 10 - «Comunicação dos Compromissos Plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 16/12/16 / Para conhecimento»;**—

— O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes, informou a Assembleia Municipal de que, após a autorização concedida, foram assumidos no período de 1 de janeiro a 10 de abril os seguintes compromissos: Fornecimento continuado de inertes de calcário, fornecimento continuado de gasóleo de aquecimento, fornecimento de massa betuminosa a frio, prestação de serviços para a elaboração do projeto de reabilitação das antigas instalações da ETPC/Casa da Cultura, apreciação de serviços para a elaboração do projeto da execução da rede ciclável urbana de Cantanhede e um contrato de inserção CEI + com o Sr. Pedro Miguel dos Santos Oliveira.-----

— A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

— Passou-se, de seguida ao **Ponto 11 – «Entidades participadas 2016 / Método de equivalência patrimonial / Para conhecimento»;**-----

— Foi dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou que é competência da Assembleia Municipal apreciar os resultados da participação do Município nas empresas locais ou em quaisquer outras entidades. Recordou, de seguida que o Município tem participação maior ou menor em várias empresas, nomeadamente, na INOVA, na ABAP, no BIOCANT, na ERSUC, nas Águas do Centro Litoral, na AREAC, na COIMBRAVITA, no ITECONS, na WRC, na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, na AIRC e no Fundo de Apoio Municipal. Informou de seguida que o método de equivalência patrimonial é aplicado em função da participação que realmente o Município tem com aquelas entidades,

através de percentagens sejam elas de 100% como é o caso da INOVA ou de 1,67%, no caso da ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da relação de bens que constituem o Inventário Municipal, à data de 31 de dezembro de 2016»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Maria Helena Teodósio, a qual informou que se trata da relação de bens que constituem o inventário municipal o qual conforme as informações fornecidas podem ser observados por topologia de bens diversificados, desde livros à rede de águas, rede de saneamento, bens móveis, viaturas, edifícios, outras construções, infraestruturas, rede viária, terrenos, capital arbóreo, incorpóreo, etc. Acrescentou que a rede viária é a que mais destaca em termos de valor e que, no computo geral representam um valor bruto de 162.650.180,68 € ao qual, deduzidas as amortizações obtém-se um valor líquido do património municipal de 92.444.105,21 €. Finalizou informando que, ano após ano, tenta-se fazer a recuperação total do património existente, além de se adicionar também novas entradas e que, aquele valor já é um valor de relevo. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o ponto **12 - «Apreciação, discussão e votação da relação de bens que constituem o Inventário Municipal, à data de 31 de dezembro de 2016»**, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da 1.^a Revisão ao Orçamento e GOP's do Município de Cantanhede para o Ano de 2017»;**-----

— O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou que esta primeira revisão tem a ver com uma alteração em termos do orçamento inicial. Explicou que, tem havido uma adesão bastante grande dos empresários para adquirir terrenos em zonas industriais no Município, pelo que, em pouco tempo, houve necessidade de comprar quase na ordem de meio milhão de euros de terrenos, os quais já estão a ser vendidos. Acrescentou que esta revisão teve a ver com entrada na receita de uma verba, de terrenos vendidos na ordem do 137.760,00 €, bem como da entrada do saldo de gerência, mas também teve a implicação em termos da despesa, essencialmente, com a obra da Escola do 1.º CEB de Portunhos e a nível informático da Câmara Municipal.

— Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do Município de Cantanhede para o Ano de 2017», o qual foi aprovado por unanimidade.

— Passou-se, de seguida ao Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Cantanhede do ano económico de 2016, Aplicação do Resultado Líquido do Exercício e o Relatório Anual de Acompanhamento de Execução do Plano de Saneamento Financeiro».-

— O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou que aqueles documentos seriam analisados de uma forma mais prática, através de uma projeção para que todos tivessem a possibilidade de ir acompanhando toda a explicação que irá dar. Começou assim por recordar que o órgão executivo tem por obrigação legal a competência para elaborar e aprovar aqueles documentos, os quais são de seguida colocados a apreciação e

votação do órgão deliberativo. De seguida procedeu à explicação pormenorizada de todas as informações projetadas, as quais iniciaram com o balanço até ao Relatório de Gestão passando pelas atividades desenvolvidas, a parte orçamental, a análise da Lei dos Compromissos, dos pagamentos em atraso, o fundo de apoio municipal e os anexos e todas as declarações que do ponto de vista legal fazem parte daquele mesmo documento. E, como a atividade municipal dos funcionários e dos vários serviços não se resumem apenas pelas contas, solicitou a projeção de uma pequena apresentação devidamente documentada com fotografias de todas as atividades levadas a cabo pelo Município. Finalmente, referiu que, apesar da atividade deste ano ser refletida no próximo ano, esta seria, com certeza, a última apresentação de prestação de contas destes três mandatos pelo que agradeceu todo o trabalho desenvolvido pelos diferentes serviços da Autarquia, em especial e no que a esta matéria respeita, ao Departamento Administrativo e Financeiro e à Divisão Financeira e do Aprovisionamento. Agradeceu também ao Senhor Presidente pela confiança que lhe transmitiu ao ter-lhe dado aquele pelouro. Informou finalmente que naquela última projeção, foi apresentado o trabalho de todas as divisões, e que a mesma teve a coordenação do Chefe do Serviço Municipal da Qualidade e da Inovação, bem como a edição do Dr. Pedro Ramos.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Cantanhede do ano económico de 2016, Aplicação do Resultado Líquido do Exercício e o Relatório Anual de Acompanhamento de Execução do Plano de Saneamento Financeiro»**, o qual foi aprovado, por maioria, com 25 votos a favor e 6 abstenções.-----

— Após a votação, o Sr. João Paulo Vagos, deu os parabéns ao Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, Dr. José Negrão, bem como a toda a equipa envolvida pela complexidade e rigor do relatório em causa. De seguida procedeu à leitura de uma Declaração de Voto subscrita pela Bancada do PS, do seguinte teor: *“Relativamente ao ponto em discussão, Apreciação, discussão e votação do relatório de gestão e prestação de contas do Município de Cantanhede do ano económico de 2016, aplicação do resultado líquido do exercício e o relatório anula de acompanhamento de execução do plano de saneamento financeiro, os deputados da bancada do Partido Socialista nesta Assembleia irão abster-se pelas seguintes ordens de razão: 1) Pese embora a sua excelente execução técnica e a sua complexidade, este relatório não passa de um instrumento de gestão que em nada altera ou modifica aquelas que foram aplicadas as opções políticas deste executivo propostas a esta Assembleia no orçamento de 2016 e às quais votamos contra. 2) De fato este relatório demonstra ter havido uma redução da dívida, quer de curto prazo, em 373.224,50€, quer a de médio e longo prazo, que registou um decréscimo de 3.489.679,60€. 3) Reconheça-se também a diminuição do passivo em 4.098.855,36€, o que progressivamente tem retirado esta Câmara de um endividamento que era inaceitável há poucos anos atrás. 4). No entanto, como todos sabemos, o dinheiro não nasce, e em contabilidade, a regra do deve e do haver, é básica. Portanto, se na gestão deste Município, nos mais recentes anos tem sobrado dinheiro, este tem de faltar em outro lado qualquer. E nesta equação quem tem défice são os municípios e as empresas. Estes resultados seriam muito interessantes de apresentar em ano de eleições não fosse serem conseguidos à custa do sacrifício das pessoas e das empresas que este executivo municipal teima em penalizar. 5). Este relatório vem provar uma vez mais que a nossa proposta de alívio dos impostos diretos e indiretos*

(IMI, IRS e DERRAMA), em benefício das famílias e da economia local (Empresas) seria possível e enquadrável com o objetivo de redução de passivo.”-----

----- Também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte de Dr, Carlos Fernandes, apresentou uma Declaração de Voto subscrita pelos membros da bancada do PSD, do seguinte teor: *“A Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Cantanhede vota favoravelmente o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Cantanhede relativo ao exercício de 2016, atendendo a que os resultados são francamente positivos e traduzem de uma forma objetiva as linhas de seriedade e rigor que têm norteado a gestão deste executivo camarário liderado por João Moura. Assim, destacam-se nomeadamente os seguintes aspetos: A poupança em 2016 atingiu um valor recorde superior a 6,4 milhões de euros, o que, traduzindo a libertação desse montante na receita corrente para o financiamento de investimentos (despesas de capital), releva o efetivo controlo orçamental da despesa, tanto mais que esta poupança supera a do exercício anterior em 4,9%. A disponibilidade de tesouraria é muito favorável, fator evidenciado nos 28 dias de prazo médio de pagamento a fornecedores e no pagamento a fornecedores da totalidade das faturas recebidas até 31 de dezembro de 2016. Pelo quarto ano consecutivo, a dívida voltou a ter uma redução significativa, seja a de curto prazo, (redução de 373 mil euros, equivalendo a um decréscimo de 7,3%), seja a de médio e longo prazo (que registou um decréscimo ainda mais evidente e superior a 3,8 milhões de euros, equivalendo a uma diminuição de 19,7% relativamente ao exercício anterior). Esta redução espelha bem a dimensão do esforço de consolidação financeira realizado pela autarquia, que cumpre largamente as metas consagradas no Plano de Saneamento Financeiro. Na mesma linha e concorrendo também para a consolidação das contas do Município, regista-se que o passivo diminui mais de 4 milhões de euros,*



enquanto os fundos próprios tiveram um acréscimo superior a 800 mil euros. Os resultados líquidos do exercício, ascenderam a 1.138.520 euros, e o saldo de gerência transitado para 2017, cifrou-se em 853.536 euros. As taxas de execução são bastante elevadas, sendo superiores a 90 % tanto na receita como na despesa e ainda na execução das Grandes Opções do Plano. Estes valores elevados revelam por um lado o cumprimento dos princípios orçamentais e programáticos idealizados e, por outro, o rigor e exatidão dos instrumentos previsionais aprovados, como aliás tem sido oportunamente reconhecido por esta bancada. Igualmente se destaca a prioridade que o Município dá às funções sociais e ao apoio do tecido empresarial, aposta plasmada nos inúmeros regulamentos, serviços e mecanismos de apoio implementados nos últimos anos e em complementos a outros já existentes, com os custos que se conhecem. Destaque também para a aposta em Inovação, Modernização e Qualidade, sem esquecer as já tradicionais linhas mestras de apoio às freguesias e ao associativismo, capazes de potenciar as dinâmicas locais e promover o Concelho enquanto todo. Tal como refere o Sr. Presidente da Câmara Municipal na apreciação geral que fez a este relatório de gestão de 2016, há ainda que considerar que estes resultados positivos "foram obtidos num contexto em que foi necessário continuar a contrariar os efeitos da conjuntura económica desfavorável e também as dificuldades decorrentes dos crescentes encargos inerentes ao aumento de competências transferidas pela Administração Central". Por outro lado e como também foi referido "ainda que seja perceptível nas contas o facto de o exercício em apreço ter correspondido a um período de transição entre quadros comunitários, o que, naturalmente, reverteu numa menor entrada de verbas provenientes da União Europeia, o Município de Cantanhede evidenciou mais uma vez assinalável capacidade na otimização e rentabilização dos recursos, através de um desempenho

consubstanciado no reforço da sustentabilidade das opções que têm pautado a atividade camarária”, isto sem prejuízo do “conjunto de obras com financiamento da União Europeia já contratualizado no âmbito do quadro comunitário Portugal 2020”.”-

—— Passou-se, de seguida ao **Ponto 15 - «Auditoria ao Município de Cantanhede – Serviço de Urbanismo – Homologação do Relatório de Auditoria n.º 1977/2015 da Inspeção Geral de Finanças / Para conhecimento».**-----

—— O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou que, ainda relativamente ao ponto anterior, estavam presentes na sala a Revisora Oficial de Contas do Município, Dr.ª Regina Sá, bem como o Chefe de Divisão Financeira e de Aproveitamento, que têm acompanhado com rigor todo o processo das contas. Relativamente à auditoria ao Município de Cantanhede no controlo urbanístico na Administração Local no triénio de 2011/2013, informou que a mesma decorreu em 12 de maio de 2014 e o projeto de relatório enviado pelo Inspetor Rui Ribeiro coordenador e o inspetor João Oliveira Ramos foi recebido a 13 de agosto de 2015, tendo a Câmara exercido o contraditório a 10 de setembro do mesmo ano através do ofício n.º 8741. Referiu ainda que o relatório final da auditoria 1977/2015, homologado pelo Secretário de Estado do Orçamento em 24 de setembro de 2016 foi comunicado a esta Câmara, agora, através do ofício n.º 249, tendo a Câmara 60 dias para dar conhecimento à IGF das medidas e decisões adotadas em cumprimento das recomendações daquela entidade. Acrescentou que o relatório referia, essencialmente, situações de urbanismo e processos de contraordenação. Acrescentou ainda que, apesar de haver áreas em que a interpretação do Município não ia ao encontro da própria interpretação do IGF e, evidentemente, apesar da Câmara através do contraditório ter dado a sua opinião, acataram-se as indicações do IGF. Assim, informou que, brevemente, serão remetidas



as conclusões dos 4 processos de contraordenação analisados e que dos 11 processos de Urbanismo analisados apenas duas situações ainda se encontram em processo de licenciamento, sendo que as restantes já foram regularizadas. De seguida, deu alguns exemplos de situações em que os inspetores entendiam que os cálculos das taxas deveriam ter sido diferentes, ou para cima ou para baixo, outras situações de interpretações, nomeadamente, quanto à questão da imposição dos lugares de estacionamento em processos de loteamentos. Finalmente, informou que todas aquelas situações já foram acauteladas, houveram taxas que foram ou repostas ou recebidas e corrigidos os processos de licenciamento, estando dois por concluir conforme já referiu. De seguida, após pedir autorização para falar sobre o assunto, referiu-se à situação laboral dos trabalhadores que como já tinha sido dito na anterior sessão, foram propostos para mobilidade intercarreiras, e informou que, a partir do momento em que o Orçamento de Estado permitiu, o assunto foi presente à Câmara e já foi consolidada a situação daqueles trabalhadores no lugar onde estavam em termos da mobilidade, concretamente, a passagem de um Assistente Operacional para Encarregado, três Assistentes Operacionais para Assistentes Técnicos, um de Assistente Técnico para Fiscal Municipal e oito Assistentes Técnicos para Técnicos Superiores. _____

_____ A Assembleia Municipal tomou conhecimento. _____

_____ Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. _____

— Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições. _____

— Finalmente, sendo 17H10 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. _____

O Presidente: *José Luciano Mendes Júnior*
O Primeiro Secretário: *Adelto Loureiro*
A Segunda Secretária: *Olívia Maria Jorge e Silveira*